PROJETO DE LEI Nº 2.001, DE 2011

Dispõe sobre o uso de títulos da dívida pública mobiliária federal interna – DPMFi em operações de securitização com o objetivo de financiar projetos de infraestrutura econômica e social, cria os Certificados de Recebíveis de Investimento em Infraestrutura – CRII e o Fundo Garantidor dos Certificados de Recebíveis de Investimento em Infraestrutura – FGRII, e dá outras providências.

Autor: **Deputado Pedro Eugênio.**

Relator: **Deputado Mendonça Filho.**

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 2.001, de 2011, institui normas gerais para o uso de títulos da Dívida Pública Mobiliária Federal Interna – DPMFi em operações de securitização com o objetivo de financiar projetos de infraestrutura econômica e social, que serão explorados na modalidade de concessão comum, patrocinada e administrativa.

De acordo com o autor da proposição, o projeto estabelece um marco legal para operações de troca de títulos entre Sociedades de Propósito Específico – SPE's, concessionárias de serviços públicos de infraestrutura econômica e social, e entidades que detenham títulos da DPMFi. Com isso, a SPE passaria a receber o fluxo de pagamentos do Tesouro Nacional, correspondentes aos títulos da DPMFi e utilizaria esses recursos no investimento requerido pela concessão de infraestrutura. Desse modo, o financiamento do investimento no projeto de infraestrutura concedido seria financiado pelo fluxo de receitas derivados dos títulos da DPMFi.

O PL prevê a criação de um Fundo Garantidor dos Certificados de Recebíveis de Investimento em Infraestrutura – FGCRII, para garantir o fluxo de pagamento desses títulos, com recursos provenientes das reservas internacionais e do Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização – FFIE.

O Projeto de Lei ainda prevê incentivos tributários, de isenção ou redução do imposto de renda, de maneira a tornar atrativa economicamente a operação de troca de CRII por títulos da DPMFi.

O Projeto foi recebido nesta Comissão de Finanças e Tributação e, aberto prazo para o recebimento de emendas, no período de 26/09/2011 a 04/10/2011, esse se encerrou sem apresentação de tais proposições.

II - VOTO

Preliminarmente ao exame do mérito, cabe apreciar a proposição quanto à sua compatibilidade ou adequação com o plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e o orçamento anual, nos termos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RI, arts. 32, IX, "h" e 53, II) e de Norma Interna da Comissão de Finanças e Tributação, que "estabelece procedimentos para o exame de compatibilidade ou adequação orçamentária e financeira", aprovada em 29 de maio de 1996. Cabe analisar o Projeto, ainda, à luz da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal-LRF).

O art. 1º, § 1º, da Norma Interna da CFT define como compatível "a proposição que não conflite com as normas do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias, da lei orçamentária anual e das demais disposições legais em vigor" e como adequada "a proposição que se adapte, se ajuste ou esteja abrangida pelo plano plurianual, pela lei de diretrizes orçamentárias e pela lei orçamentária anual".

O PL tem como principal objetivo criar condições para que entidades detentoras de títulos da DPMFi, principalmente instituições financeiras, fundos de investimento e de pensão, tenham interesse em trocar esse papéis por títulos (Certificados de Recebíveis de Investimento em Infraestrutura – CRII) emitidos por Sociedade de Propósito Específico (SPE), que detenha a concessão pública de um serviço de infraestrutura econômica e social.

O próprio autor constata, na sua justificação, que as entidades que atualmente detêm títulos da DPMFi só serão estimuladas a efetuar a troca por CRII, caso se ofereça rentabilidade superior e garantia de recebimento compatível com a dos títulos públicos federais. Nesse sentido, para tornar a operação economicamente atrativa, o art. 7º do Projeto dispõe que os títulos públicos recebidos pelas SPE, com contrapartida à emissão de CRII, terão alíquota 0% (zero) de imposto sobre a renda sobre seus rendimentos.

Verifica-se, portanto, que a aprovação do projeto implicará frustração de receitas para a União, na forma de renúncia de receita tributária. Sobre essa questão, esta Comissão editou a Súmula nº 1/08-CFT, segundo a qual:

"é incompatível e inadequada a proposição, inclusive em caráter autorizativo, que, conflitando com as normas da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal - deixe de apresentar a estimativa de seu impacto orçamentário e financeiro bem como a respectiva compensação".

No mesmo sentido dispõe o art. 91 da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2013 (Lei nº 12.708, de 17 de agosto de 2012):

“Art. 91. Somente será aprovado o projeto de lei ou editada a medida provisória que institua ou altere receita pública quando acompanhado da correspondente demonstração da estimativa do impacto na arrecadação, devidamente justificada.

.....

§ 8º As proposições que tratem de renúncia de receita, ainda que sujeitas a limites globais, devem ser acompanhadas de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e correspondente compensação.”

As normas de adequação antes mencionadas disciplinam que, nos casos em que haverá redução de receita, a proposta deverá estar instruída com a estimativa de seu impacto orçamentário e financeiro e com as correspondentes compensações. Constata-se, porém, que essas exigências não estão cumpridas no Projeto de Lei nº 2.001/2011, colocando-o em conflito com o que dispõe a Lei de Responsabilidade Fiscal, a Súmula nº 1/08-CFT, e a Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2013.

O descumprimento de tais normativos resulta na inadequação orçamentária e financeira do projeto de lei, ficando prejudicado o exame quanto ao mérito, na Comissão de Finanças e Tributação, a teor do que dispõe o art. 10 da Norma Interna – CFT, *in verbis*:

“Nos casos em que couber também à Comissão o exame do mérito da proposição, e for constatada a sua incompatibilidade ou inadequação, o mérito não será examinado pelo Relator, que registrará o fato em seu voto.”

Portanto, nossa análise conclui-se pela apresentação de **voto pela incompatibilidade e inadequação orçamentária e financeira do Projeto de Lei nº 2.001, de 2011**, dispensado o exame de mérito, conforme disposto no art. 10 da Norma Interna desta Comissão.

Sala da Comissão, em 20 de agosto de 2013.

MENDONÇA FILHO
Deputado Federal
Relator